



RELATÓRIO

**Comitiva do Governo Federal nos Territórios Atingidos
pelo Rompimento da Barragem de Fundão
Rio Doce e Adjacências**



Agosto de 2023, Brasília/DF

EQUIPES DE CAMPO

Jornada de 14 a 24 de julho de 2023

Luiza Dulci – Assessora da Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Jarbas Vieira - Coordenador Geral de Atendimento e Sociedade da Diretoria de Mesas de Diálogos da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas da Secretaria Geral da Presidência da República.

Gabriela Maciel dos Reis - Assessora Técnica do Departamento de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador/ Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente/ Ministério da Saúde.

Lucas Zenha Antonino - Chefia de Populações Atingidas por Empreendimentos e Mudanças Climáticas da Secretaria de Governança Fundiária e Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Jocemar Mendonça - Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento, da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Florivaldo Mota Rocha - Coordenador de Inclusão Socioproductiva do Departamento de Inclusão Produtiva e Inovação da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, Ministério da Pesca e Aquicultura.

Laryssa Sampaio - Coordenadora-Geral de Articulação Institucional, do Departamento de Articulação Institucional da Secretaria de Análise, Estratégia e Articulação, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Gabriel Della - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Jornada de 10 julho de 2023

Povo Indígena Krenak

Sônia Guajajara - Ministra de Estado dos Povos Indígenas.

Joênia Wapichana - Presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Weibe Tapeba - Secretário Nacional de Saúde Indígena do Ministério da Saúde.

Ceiza Pitaguary - Secretária de Gestão Ambiental e Territorial Indígena do Ministério dos Povos Indígenas.

Marcos Kaingang - Diretor do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas.

Francisco Nóbrega - Coordenador-Geral de Acompanhamento de Conflitos Fundiários do Ministério dos Povos Indígenas.

Hony Sobrinho - Chefe do Cerimonial da Ministra de Estado dos Povos Indígenas.

Leonardo Otero - Chefe da Assessoria de Comunicação do Ministério dos Povos Indígenas.

Douglas krenak - Coordenador Regional de Minas Gerais e do Espírito Santo – Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Mozart Machado - Indigenista da Coordenação Geral de Gestão Ambiental da Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Francisco Baré - Coordenador-Geral de Gestão Ambiental da Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Amanda Bartolomeu - Indigenista da Coordenação Geral de Gestão Ambiental da Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Alexsandro Matias - Coordenação Técnica Local de Aracruz – Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Thiago Casagrande - Coordenação Técnica Local de Resplendor – Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Leandro Nepomuceno - Coordenador-Geral de Infraestrutura e Saneamento para Saúde Indígena da Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde.

Jornada de 21 a 27 de julho de 2023

Comunidades Quilombolas

Flávia de Jesus Costa - Diretora do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro, da Fundação dos Palmares, Ministério da Cultura.

Luis Gustavo Magnata Silva - Coordenador-Geral para a Liberdade Religiosa, da Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos, do Ministério da Igualdade Racial.

Mônica Moraes Borges - Coordenadora-Geral de Identificação, Reconhecimento, Proteção, Governança Fundiária e Territorial de Quilombos e Povos e Comunidades Tradicionais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Rozembergue Batista Dias - Coordenador-Geral de Políticas para Quilombolas, da Diretoria de Políticas para Quilombolas e Ciganos, da Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos, do Ministério da Igualdade Racial.

SUMÁRIO

Apresentação

Carta-Convite ao Diálogo

Mapa dos municípios atingidos

Mapa dos municípios visitados

Reuniões preparatórias realizadas em Belo Horizonte

Participantes dos encontros nos territórios atingidos

Visão geral da jornada nos territórios

Documentos e pautas recebidas pelo Governo Federal

Detalhamento dos encontros

1º Encontro – Mariana/MG

2º Encontro – Barra Longa/MG

3º Encontro – Timóteo/MG

4º Encontro – Naque/MG

5º Encontro – Cachoeira Escura – Distrito de Belo Oriente/MG

6º Encontro – Tumiritinga/MG

7º Encontro – Governador Valadares/MG

8º Encontro – Resplendor/MG

9º Encontro – Aimorés/MG

10º Encontro – Vitória/ES

11º Encontro – Colatina/ES

12º Encontro – Povoação – Distrito de Linhares/ES

13º Encontro – Linhares/ES

14º Encontro – Regência – Distrito de Linhares/ES

15º Encontro – São Mateus/ES

16º Encontro – Conceição da Barra/ES

Encontro com o povo indígena Krenak

Encontros com as comunidades quilombolas

Considerações Finais

Nuvem de palavras das “filas do povo”

Agradecimentos

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório apresenta a jornada do Governo Federal realizada nos municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, das mineradoras Samarco/Vale/BHP Billinton.

Entre os dias 14 e 24 de julho de 2023, uma comitiva coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República e composta pelos Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Pesca e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, percorreram 14 municípios atingidos de Minas Gerais e do Espírito Santo com o objetivo de ouvir e dialogar com as pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. Ao longo dos 16 encontros, o Governo realizou escutas com pessoas e comunidades, Comissões Locais Atingidos, Associações de Moradores (urbanos e rurais), Associações e Colônias de Pescadores/as, Movimentos Sindicais, Organizações Sociais, Assessorias Técnicas Independentes, representantes do Ministério Público de Minas Gerais, Deputadas e Deputados Estaduais e Federais dos dois estados e representantes do Poder Público local entre Prefeitos e Vereadores dos municípios que compõem a bacia do Rio Doce.

Um dos objetivos das escutas realizadas ao longo da bacia, pelo Grupo Temático (GT) Atingidas e Atingidos, foi de apresentar proposta de um sistema de participação social, que incluía a fiscalização, o monitoramento e o controle social após assinatura do novo acordo, assim como de incidência efetiva sobre a estrutura de governança que vai deliberar a respeito da destinação dos recursos e das prioridades de ações e de políticas públicas na região atingida.

Para que os mecanismos de participação previstos na repactuação funcionem de forma efetiva, buscamos a validação pelas pessoas atingidas, em sintonia com suas demandas e com as práticas participativas já existentes nos territórios. Esse foi o procedimento adotado para garantir transparência e legitimidade pública no que diz respeito ao sistema de participação social.

Em 10 de julho, o Ministério dos Povos Indígenas e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas se reuniram com o povo Krenak, da aldeia Takruk, localizada no município de Resplendor/MG. Participaram do encontro representantes da Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (Sesai/MS) e a deputada federal Célia Xakriabá, subrelatora de Povos e Comunidades Tradicionais da Comissão Externa sobre fiscalização dos rompimentos de barragens e repactuação, da Câmara dos Deputados.

Entre 21 e 27 de julho, esteve também em campo uma equipe composta pelos Ministérios da Igualdade Racial, Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e Cultura (FUNDAÇÃO Cultural Palmares), que visitou e dialogou com comunidades quilombolas de Minas Gerais (Mariana) e do Espírito Santo (Linhares, São Mateus e Conceição da Barra).

Ficou evidente aos membros do Governo Federal a necessidade de inserção efetiva, articulada e responsável de todos os Poderes Públicos a respeito dos danos sociais, econômicos, políticos e ambientais causados pelo rompimento da barragem de rejeitos.

Diversos foram os temas que surgiram como demonstração de abandono e de sensação de impotência das comunidades perante as empresas mineradoras, Fundação Renova, os órgãos e Poderes Públicos. A insegurança quanto à utilização da água é um dos sentimentos generalizados em toda a bacia e evidencia como a contaminação não se restringiu ao 5 de novembro de 2015, mas segue até os dias de hoje. Vale destacar que as comunidades urbanas e rurais atribuem aos metais pesados contidos na água os danos causados à saúde humana e ambiental.

O conteúdo do presente relatório evidencia e tenta traduzir o sentimento da população que segue tendo seus direitos individuais, difusos e coletivos violados cotidianamente, sem ter uma resposta efetiva para sanar as violações.

CARTA-CONVITE AO DIÁLOGO

A comitiva do Governo Federal levou para as comunidades atingidas material impresso, intitulado “Convite ao Diálogo”. Esta carta-convite tinha por finalidade apresentar a equipe do Governo, detalhar o objetivo dos encontros e comunicar o calendário das agendas, de maneira que as pessoas de cada local pudessem saber por onde iria passar ou por onde já havia passado a comitiva.

Convite AO DIÁLOGO

TERRITÓRIOS ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DO FUNDÃO NOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA-GERAL GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ESTADO	MUNICÍPIO	DATA
Minas Gerais	Mariana	14/07 sexta-feira
	Barra Longa	15/07 sábado
	Timóteo	
	Naque	17/07 segunda-feira
	Belo Oriente - comunidade Cachoelra Escura	
	Tumiritinga	18/07 terça-feira
Espírito Santo	Governador Valadares	
	Resplendor	19/07 quarta-feira
	Aimóres	
	Vitória	20/07 quinta-feira
	Linhares	21/07 sexta-feira
	Colatina	
Povoação	22/07 sábado	
Regência		
São Mateus	24/07 segunda-feira	
Conceição da Barra		

*Os locais dos encontros para o diálogo serão divulgados posteriormente

Envio de sugestões até 28 de julho:
Email: sg_riodoce@presidencia.gov.br

Convite AO DIÁLOGO

Olá atingidas e atingidos da Bacia do Rio Doce,

O Governo Federal, por meio da Secretaria-Geral da Presidência da República, está em visita aos territórios atingidos pelo rompimento da Barragem do Fundão nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. A missão da Secretaria-Geral é buscar o diálogo com as populações atingidas, propor, articular e implementar os instrumentos de participação social na Bacia do Rio Doce que devem vigorar após a assinatura do novo acordo, também chamado de repactuação.

Como vocês sabem, as obrigações de reparação, individual e coletiva, foram pouco ou quase nada honradas pelas mineradoras responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão. Por conta disso, os poderes públicos e as instituições de Justiça iniciaram, em 2021, um diálogo para propor um novo formato e novas medidas de acompanhamento da reparação dos danos na Bacia.

A partir de 2023, com a nova composição do Governo Federal, um conjunto de 14 ministérios têm se dedicado diariamente a construir propostas que de fato atendam às demandas das pessoas atingidas e que promovam a recuperação do rio e do meio ambiente ao longo de toda a Bacia. O desafio é grande, pois devemos contemplar as regiões do Alto, Médio e Baixo Rio Doce e do litoral. Devemos também tratar com o devido respeito e atenção as especificidades dos mais diferentes segmentos: agricultoras/es, pescadoras/es, ribeirinhas/os, ilheiras/os, carroceiras/os, povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais, dentre outros.

Para lidar com essas e outras questões, a União criou grupos temáticos para estudar e propor políticas públicas e ações de reparação coletiva. As propostas aqui apresentadas foram elaboradas pelo grupo temático Atingidas/os e tratam do tema da participação social.

O intuito da nossa vinda aos territórios atingidos é justamente dialogar com vocês a respeito dos espaços e dos mecanismos de participação social. Queremos conhecer as práticas participativas que já existem na Bacia e dialogar com as pessoas atingidas. Ao final desta jornada, vamos incorporar as sugestões possíveis e levar o resultado dessa construção para a mesa de negociação com as empresas mineradoras.

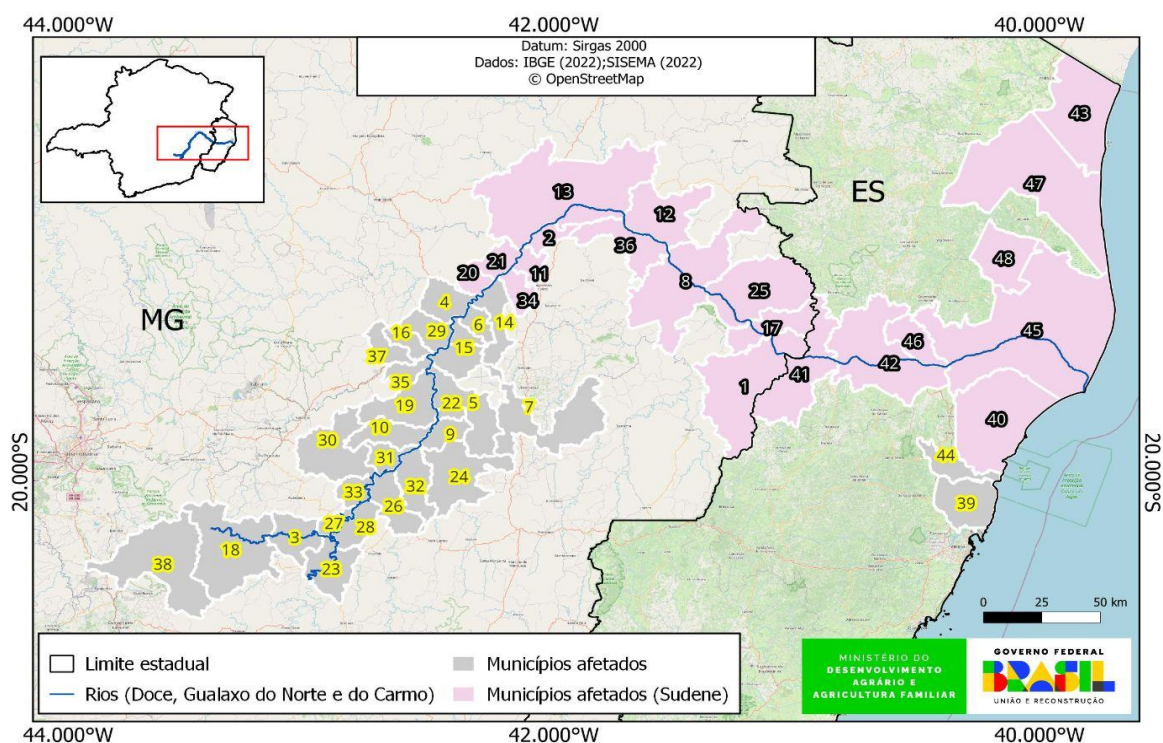
É bom lembrar que temos parceiros importantes nesse processo: movimentos sociais e eclesiais, Assessorias Técnicas Independentes, pesquisadoras/es de Universidades e Institutos Federais e parlamentares que atuam nas comissões de acompanhamento dos rompimentos de barragens e da repactuação na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Sabemos que os desafios são grandes, mas aqui não falta empenho e dedicação.

Desde já agradecemos a disposição de cada atingida e cada atingido para dialogar conosco.

Elaboração: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2023.

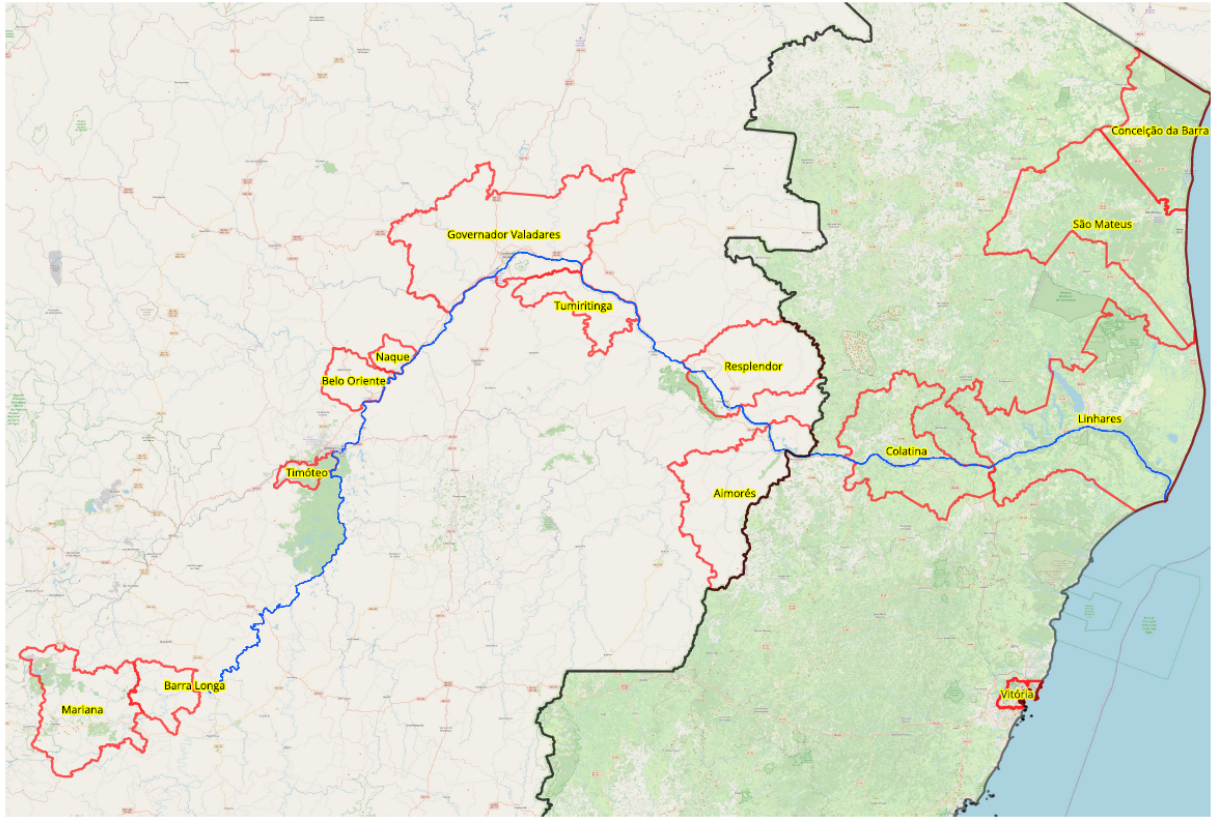
MAPA 1. Municípios reconhecidos como atingidos



Nº	Município	Estado	Nº	Município	Estado
1	Aimorés	MG	25	Resplendor	MG
2	Alpercata	MG	26	Rio Casca	MG
3	Barra Longa	MG	27	Rio Doce	MG
4	Belo Oriente	MG	28	Santa Cruz do Escalvado	MG
5	Bom Jesus do Galho	MG	29	Santana do Paraíso	MG
6	Bugre	MG	30	São Domingos do Prata	MG
7	Caratinga	MG	31	São José do Goiabal	MG
8	Conselheiro Pena	MG	32	São Pedro dos Ferros	MG
9	Córrego Novo	MG	33	Sem-Peixe	MG
10	Dionísio	MG	34	Sobralia	MG
11	Fernandes Tourinho	MG	35	Timóteo	MG
12	Galiléia	MG	36	Tumiritinga	MG
13	Governador Valadares	MG	37	Coronel Fabriciano	MG
14	Iapu	MG	38	Ouro Preto	MG
15	Ipaba	MG	39	Serra	ES
16	Ipatinga	MG	40	Aracruz	ES
17	Itueta	MG	41	Baixo Guandu	ES
18	Mariana	MG	42	Colatina	ES
19	Marliéria	MG	43	Conceição da Barra	ES
20	Naque	MG	44	Fundão	ES
21	Periquito	MG	45	Linhares	ES
22	Pingo-d'Água	MG	46	Marilândia	ES
23	Ponte Nova	MG	47	São Mateus	ES
24	Raul Soares	MG	48	Sooretama	ES

Elaboração: MDA/SFDT, DGFund, 2023.

MAPA 2. Municípios visitados pela comitiva do Governo Federal entre 14 e 24 de julho de 2023



Elaboração: MDA/SFDT, DGFund, 2023.

REUNIÕES PREPARATÓRIAS REALIZADAS EM BELO HORIZONTE

Antes do início da jornada pelos territórios atingidos, a comitiva do Governo Federal realizou três agendas preparatórias com representantes do poder público e de movimentos e organizações sociais.

No dia 13 de julho, o grupo se reuniu com parlamentares da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que há muito acompanham o tema da mineração e dos direitos das pessoas atingidas. A reunião se deu no gabinete da Deputada Estadual Beatriz Cerqueira, na sede da ALMG, e contou ainda com a presença da deputada Bella Gonçalves e do deputado Leleco Pimentel. Vale destacar que Beatriz e Leleco integram a Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana, e que Bella integra a Comissão de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável da mesma casa. Na ocasião foi possível trocar informações sobre como o tema da repactuação tem sido demandado na ALMG e na União. Também foi possível apresentar a agenda de encontros da comitiva do Governo Federal, que foi parcialmente acompanhada pela deputada Beatriz Cerqueira no estado de Minas Gerais.

Na sequência do diálogo na ALMG, o grupo seguiu para a sede da Coordenadoria de Inclusão e Mobilizações Sociais do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Cimos/MPMG), para um diálogo com o Promotor Paulo César Vicente de Lima e sua equipe. Também esteve presente a procuradora Shirley. À comitiva do Governo interessava dialogar sobre os esforços de participação social e construção coletiva já executados na bacia, muitos dos quais realizados em parceria com a Cimos. A colega Clarissa, integrante da Cimos e residente em Governador Valadares, participou da reunião de forma remota e esteve presente nos encontros de Tumiritinga, Governador Valadares, Resplendor e Aimorés.

Finalmente, a última reunião preparatória da semana se deu no dia 14 de julho pela manhã, na sede da Cáritas Diocesana. O Governo Federal se reuniu com os demais parceiros de planejamento e de organização da jornada: movimentos sociais e assessorias técnicas independentes.



Fonte: Assessoria Comunicação Cáritas e Ass. Dep. Bella Gonçalves. 13/07/2023.

PARTICIPANTES DOS ENCONTROS NOS TERRITÓRIOS ATINGIDOS

Grupo Temático da União – GT Atingidas e Atingidos

Secretaria-Geral da Presidência da República (coordenação do GT) – integrante da comitiva;

Ministério da Igualdade Racial; integrante da comitiva de 10 de julho;

Ministério da Pesca e Aquicultura – integrante da comitiva nos dias 20 a 24 de julho;

Ministério da Saúde – integrante da comitiva;

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – integrante da comitiva;

Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome;

Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas;

Ministério dos Povos Indígenas;

+

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – Ministério não compõe o GT, mas esteve presente na comitiva nos dias 14 e 15 de julho.

Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura.

Entidades e organizações da sociedade civil

Associações de moradores, urbanos e rurais;

Associações e colônias de pescadores;

Comissões locais de atingidos;

Confederação Nacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG);

Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ);

Movimento das Mulheres Camponesas (MMC);

Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB);

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA);

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP);

Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

Assessorias Técnicas Independentes

Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (ADAI);

Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS);

Cáritas Brasileira;

Centro Agroecológico Tamanduá (CAT);

Associação dos Pescadores e Extrativistas e Remanescentes de Quilombo do Degredo (ASPERQD).

Poderes públicos

Ministério Público de Minas Gerais

Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais – Cimos/MPPMG;

Câmara dos Deputados

Deputado Leonardo Monteiro/MG;

Deputada Célia Xakriabá/MG

Representação de mandatos: Rogério Correia/MG; Padre João/MG;

Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Deputada Beatriz Cerqueira;

Representação de mandatos: Leleco Pimentel;

Assembleia Legislativa do Espírito Santo

Deputada Camila Valadão;

Representação de mandatos: Iriny Lopes;

Prefeitas e prefeitos

Tumiritinga/MG, Nilson Guimarães;

Rio Casca/MG, Marleyde Miranda;

Governador Valadares/MG, ex-prefeita Elisa Costa;

Vereadoras e vereadores – 18 representantes locais.

VISÃO GERAL DA JORNADA NOS TERRITÓRIOS ATINGIDOS

REGIÃO	DATA	MUNICÍPIO/COMUNIDADE	PARTICIPANTES
Alto Rio Doce	14 de julho (sex)	Mariana/MG	200
	15 de julho (sáb)	Barra Longa/MG	70
Médio Rio Doce	17 de julho (seg)	Timóteo, Naque e Cachoeira Escura/MG	300 – 150 – 400
	18 de julho (ter)	Tumiritinga e Governador Valadares/MG	80 – 100
Baixo Rio Doce	19 de julho (qua)	Resplendor e Aimorés/MG	150 - 50
	20 de julho (qui)	Vitória/ES	60
Planície Costeira do Rio Doce	21 de julho (sex)	Colatina e Povoação/ES	100 – 350
	22 de julho (sáb)	Linhares e Regência/ES	150
	24 de julho (seg)	São Mateus e Conceição da Barra/ES	80 - 50

- 11 dias na Bacia do Rio Doce e Planície Costeira atingida, desde Mariana/MG à Conceição da Barra/ES;
- Mais de 2.400 km percorridos;
- 14 municípios visitados (MG e ES);
- Aproximadamente 2.200 atingidos participantes;
- Mais de 50 horas de escuta das pessoas atingidas.

PRINCIPAIS DEMANDAS E DENÚNCIAS APRESENTADAS AO LONGO DA JORNADA

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Atingidos na mesa de negociação.

Conselho e Casa do Governo Federal.

Participação das comunidades para poder deliberar sobre a destinação dos recursos.

Controle Social sobre a aplicação dos recursos e monitoramento das políticas implementadas.

SAÚDE

Agravamento de doenças crônicas - com destaque para sofrimento mental, doenças respiratórias e neoplasmas; aumento de doenças infecciosas, maternas e nutricionais, sobretudo abortos em humanos e surtos por arboviroses; aumento de lesões por causas externas, com atenção para animais peçonhentos e violência de gênero; registros de doenças de pele de causas desconhecidas;

Denúncias de desassistência em saúde;

Pesquisas sobre a situação de saúde;

Insegurança sobre o uso e manejo da água para consumo humano e para a produção.

RENDA, PRODUÇÃO

Diversas ocupações e grupos sociais afetados, urbanos e rurais - com destaque para as cadeias produtivas da agricultura, da pesca, do turismo e do comércio;

Aumento da pobreza e da condição de insegurança alimentar e nutricional moderada e grave (fome) ao longo da bacia;

Impedimentos de migração para outras atividades produtivas, haja vista que todas dependem do uso da água.

MEIO AMBIENTE

Assoreamento do rio aumentando as enchentes nos territórios;

Recuperação do rio e a retirada dos rejeitos;

Pesquisas sobre a contaminação da água e da biota.

INVESTIMENTO DOS RECURSOS EXCLUSIVAMENTE NA BACIA DO RIO DOCE, COM FOCO NAS COMUNIDADES ATINGIDAS

Grande rejeição à aplicação dos recursos em estradas (BR 381 e BR 262);

Grande rejeição ao envio dos recursos para prefeituras sem a devida fiscalização e transparência;

Muitas pessoas sem indenização, causando fragmentação dentro das comunidades.

MULHERES

Muitas mulheres não foram contempladas pelos programas de indenização;

O Cadastro da Renova era "familiar" e deixou muitos dependentes sem direitos;

Existência de mulheres na cadeia da pesca e agricultura sem reconhecimento.

MORADIA

Em especial na região do Alto Rio Doce há muitos problemas com rachaduras e desabamentos de imóveis;

Há comunidades que foram varridas pela lama e ainda não foram reassentadas (Bento Rodrigues no município de Mariana e Gesteira no município de Barra Longa).

DOCUMENTOS E PAUTAS RECEBIDAS PELO GOVERNO FEDERAL

As pessoas atingidas se organizaram, em conjunto com Assessorias Técnicas Independentes, para elaborar documentos que detalham as condições de atingimento e os danos continuados vivenciados ao longo dos últimos anos na Bacia do Rio Doce. Alguns documentos compreendem demandas específicas, bem como propostas para a repactuação e retomadas econômicas. Tais documentos foram entregues ao Governo Federal e encontram-se disponíveis no link a seguir:

https://planaltopr-my.sharepoint.com/personal/jarbas_vieira_presidencia_gov_br/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fjarbas%5Fvieira%5Fpresidencia%5Fgov%5Fbr%2FDocuments%2FDemandas%2ERioDoce&ga=1

DETALHAMENTO DOS ENCONTROS

1º ENCONTRO

Local: Mariana/MG, Escola Estadual Professora Santa Godoy.

Perfil dos participantes: Público diverso, da cidade e do campo; participantes majoritariamente pretos e pardos; significativa presença de mulheres.

Responsáveis pela organização: Governo Federal, MAB e Cáritas Brasileira (ATI).

Número de participantes: aproximadamente 200 pessoas.

Municípios / localidades presentes: Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Comunidade de Águas Claras, Comunidade de Borba, Pedra, Comunidade de Monsenhor Horta, Comunidade de Ponte Nova, Comunidade de Gesteira, Comunidade de Antônio Pereira, Quilombo Santa Efigênia e município de Barra Longa

Temas em destaque: Diversas pessoas enfatizaram as dificuldades pelo reconhecimento da condição de atingido por parte da Renova; questões de saúde; impacto sobre o turismo; impacto nas atividades agrícolas, sobretudo da agricultura familiar, especialmente produtores de leite e apicultores; falta de resposta e atrasos no pagamento das indenizações individuais, necessidade de participação dos atingidos na repactuação e nas decisões dos recursos e políticas prioritárias.

Sugestões Gerais:

Reconhecimento das comunidades atingidas pela “lama invisível” – caso de Antônio Pereira.

Saúde: Ofertar diagnóstico das condições de saúde para a população, com monitoramento e atendimento regular. Atendimento de saúde que considere especificidades da condição de atingimento. Contemplar ações e equipamentos de saúde nas zonas rurais.

Moradia: Indenização das moradias e construções com trincas e rachaduras; necessidade de consideração dos novos núcleos familiares, formados após o rompimento.

Criação de um Fundo Popular, destinado para projetos coletivos concebidos e monitorados pelas pessoas atingidas;

Inclusão da questão das enchentes como novo dano;

Sugestão para a participação social: Participação das pessoas atingidas na mesa de negociação; poder de decisão das pessoas atingidas sobre o destino e as prioridades de investimento dos recursos da reparação; continuidade das ATIs.



Créditos: Governo Federal.

FILA DO POVO – FALAS DAS PESSOAS ATINGIDAS

“Repactuação é para ouvir atingidos, não fazer de qualquer jeito”; “os condenados são os atingidos, estamos presos dentro desse processo”; “As empresas estão pagando para deixar de ser criminosas”; “vimos moeda de troca, nós queremos decidir”; “depois da repactuação vamos cobrar de quem? Hoje é Lula e amanhã?”; “se for pra repactuar é pra resolver a vida do povo”. “Antes da repactuação tem que resolver a vida do povo”; “Estamos começando a reescrever a história dos atingidos”; “Repactuar é incluir os direitos que estão faltando”; “Quilombolas em Paracatu não foram reconhecidos, basta olhar a cara das pessoas”. “Queremos nosso museu (memória) aqui”; “Renova está na verdade renovando o crime”; “Enterra essa Renova o mais rápido possível, foi criada para laranja, tem salário de 100 mil lá na Renova”; Rejeito e a coceira que dá no corpo das pessoas e alegam que o rejeito por completo não vão tirar nunca. “hoje tenho marcapasso, são R\$700 reais de remédio por mês”. Referem que sofrem *bullying* por serem do território impactado. Os territórios impactados pela “Lama Invisível” também é atingido; Problemas de saúde - “Poeira da Vale suja roupa que está no varal todo dia”; “Todo mundo doente e com bombinhas pra respirar, já tivemos mortes por causa dessa situação”. “ou retira o rejeito ou tira a população”; “O governo Federal tem que saber *tim tim por tim tim* o que passa por aqui”

“diga ao Lula que queremos sentar na mesa, repactuação com participação”.





Créditos: Governo Federal.

2º ENCONTRO

Local: Câmara dos Vereadores de Barra Longa/MG.

Perfil dos participantes: Público diverso, maioria da cidade, mas com alguma representação das áreas rurais, com destaque para a Comunidade de Gesteira e Casa Rancho. Presença de setores de artesãos, bordadeiras e da imprensa local. Alta representatividade das mulheres, pessoas negras e pardas.

Responsáveis pela organização: Governo Federal e MAB.

Número de participantes: aproximadamente 70 pessoas.

Temas em destaque: O encontro de Barra Longa foi o que mais deu destaque ao tema da moradia e dos danos de trincas e rachaduras que não são reconhecidos pela Renova ou que ainda não foram encaminhados. Insegurança sobre a situação de contaminação da água, para produção e para consumo humano. Dificuldade em receber as indenizações. Aumento de doenças físicas e mentais e infestação de escorpião no município. Impacto sobre o comércio e turismo. Participação na mesa de negociação.

Sugestões Gerais: Moradia: Inclusão dos inquilinos nas estratégias de indenização e de reparação; reparação das trincas e rachaduras dos imóveis.

FILA DO POVO – FALAS DAS PESSOAS ATINGIDAS

A questão das **moradias foi um dos assuntos mais comentados**. Várias casas com problemas estruturais foram danificadas devido a quantidade de máquinas pesadas que chegaram ao município para “reparar” os danos à lama. **Tem famílias que têm vergonha de receber visitas**; e os direitos como inquilinos nas residências? Casas com laudos de risco iminente; casas trincando em Gesteira; trator fazendo serviço e abalando todas as estruturas. Relatos de aumento do consumo de medicamentos no pós lama. Muitas queixas de adoecimento físico e mental; Aumento de câncer e pneumonia. **“Fundo do rio é lama e poeira pra todo lado ainda hoje”**. A cidade de Barra Longa é suja e fedorenta. Depoimentos de casos de morte / mãe que faleceram / casos de câncer elevados; **“só a luta que vai resolver isso”**; Queixas relacionadas às indenizações - pessoas erradas já foram pagas; o comércio está um desastre, não ajudaram em nada. **“você conta nos dedos quem recebeu indenização na cidade”**; **“A Igreja está caindo, nem se faz casamento mais nela”**. “embaixo da minha casa era lama pura”; “qualquer chuva o esgoto precisa ser retirado, pois volta pra dentro de casa, mal cheiro que sobre é forte”. Infestação de escorpião. Relato de muitos acidentes com esses animais. “Renova escolhe a dedo quem vai ser indenizado”; **Tem como dizer quem é atingido e quem não é? só não é atingido quem não respira, porque água, solo e etc estão contaminados**. “Barra longa foi a cidade que a lama entrou”; Músicos e artesãos atingidos; Músico diz: **“perco até a vontade de fazer música e artesanato de bambu, perdi o gosto mesmo”**; tem pessoas que pagam empréstimos financeiros de reformas urgentes que fizeram. **“tenho ódio dessas mineradoras”**; qualquer chuva entra lama até hoje, laje trincada, casa está perdida, não tenho mais quintal; técnico da Renova veio fazer um laudo e ele era contra mim”.



Créditos: Governo Federal.

3º ENCONTRO

Local: Quadra do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), Timóteo/MG.

Perfil dos participantes: Público diverso, urbano e rural. Presença de atingidos de diversos municípios da região. Presença de representantes do poder público municipal (executivo e legislativo de vários municípios). Composição majoritária de pretos e pardos e de mulheres. Alto comprometimento e atenção da equipe da ATI.

Responsáveis pela organização: Governo Federal e Cáritas (ATI)

Municípios / localidades presentes: São José Goiabal, Sem peixe, Raul Soares, São domingos do Prata, São Pedro dos Ferros, Dionísio, Pingo D'água, Caratinga, Cordeiro, Rio Casca.

Número de participantes: aproximadamente 300 pessoas.

Temas em destaque: Proibição da pesca no Parque Estadual do Rio Doce (portaria IEF); urgência na garantia do Registro de Pescador Profissional e Artesanal (RGP); sobre a saúde: relatos de depressão, ansiedade, crises de pânico, dores de cabeça, feridas na pele, problemas renais – a cobertura dos serviços de saúde é insuficiente; falta de saneamento básico; contaminação da água e ausência de laudos técnicos. Os atingidos precisam saber o que está sendo discutido no conjunto da repactuação. Muitos pescadores de fato não foram indenizados, enquanto pessoas que se disseram pescadoras no ato do cadastro já receberam pagamentos. Demora e critérios não nítidos para o recebimento das indenizações.

Propostas sugeridas:

Estudos sobre qualidade da água; abastecimento de água e saneamento básico, manejo de resíduos sólidos e limpeza e drenagem de lixo e águas pluviais.

FILA DO POVO – FALAS DAS PESSOAS ATINGIDAS

“Pescadores da zona de amortecimento são tratados como marginais”; “Pescadores marginalizados pelas autoridades ambientais”; “ribeirinhos são invisíveis e esquecidos”; **“tinha 5 mil bananas em nossa plantação”** - 3 poços e nascentes agora estão tampadas; lama subiu rio acima; **cadastros negados, especialmente das mulheres.** Sofrimento mental aumentou no território; **“Todo mundo apresenta doenças de pele”, o SUS que arca com tudo.** Município de Dionísio - 10km do rio e a Renova não reconhecia como atingido. **“jamais vimos comitiva Federal aqui, leve nossa reivindicação”;** “Como uma colcha de retalhos vamos juntar as comissões”; **“Nunca recebi um Agente Comunitário de Saúde (ACS) na minha casa. Nunca recebi o IBGE”.** Nas cisternas (poços) para abastecimento de algumas comunidades tem ferrugem. A análise de água “deu problema”, mas nada foi feito. Várias pessoas começaram a ter problemas de rim. A ACS de Rio Casca e membro da Comissão Local refere que a população aumentou o adoecimento no estômago e adoecimento de saúde mental. Filho nasceu com coceira e alergia. Mesmo com a indenização, as comunidades pedem políticas públicas e destacam o saneamento. “Se matar um tatu lá tem problema, mas se uma pessoa morrer não tem problema”

“Se a Cáritas estivesse aqui desde o começo era outra história, fizeram mais que a Renova em 8 anos”.



Créditos: Governo Federal.

4º ENCONTRO

Local: Clube do Neneco, Naque/MG.

Perfil dos participantes: Público diverso, urbano e rural. Presença massiva das mulheres e maior representatividade de pretos e pardos.

Responsáveis pela organização: Governo Federal, Comissão Local de Atingidos, Aedas (ATI) e MAB.

Número de participantes: aproximadamente 150 pessoas.

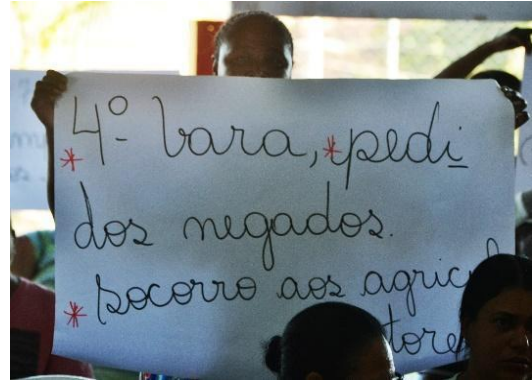
Temas em destaque: Indenizações individuais: dificuldades e inadequações com as demandas de comprovações e provas; benefícios previdenciários dos pescadores e das pessoas atingidas em geral; falta de água e contaminação da água para produção e para consumo humano.

Sugestões Gerais:

Saneamento Básico: construção de estação de captação de água alternativa no município; destinação adequada do esgotamento sanitário de Naque; responsabilização das empresas pela previdência social das pessoas atingidas; investimento prioritário dos recursos nas comunidades atingidas do município; reconhecimento das mulheres e das suas especificidades enquanto atingidas.

FILA DO POVO – FALAS DAS PESSOAS ATINGIDAS

“Dinheiro tem que vir pros atingidos”; não foi só 7 dias sem água, até a hoje a água é péssima; **“água em Pedra Corrida atingiu 519 famílias; desabastecimento é uma coisa, qualidade é outra”**; Rejeito desce todos os dias; Rio não vai melhorar ao que era antes; Limpar hoje aqui não adianta, não funciona; enchentes novamente vão trazer rejeitos; até quantos km rejeito pode chegar? **“Governo Federal vir a Naque é uma raridade”**; pescar e vender nunca mais será possível com essa água contaminada; A comunidade sofre com problemas de pele, lesões diversas e coceira. Não tem tratamento específico e nem investigação da causa. “Porque os atingidos não sentam na mesa?” **“Confiamos que o Governo Lula não vai nos desamparar”**; **“A presença do Governo Federal aqui significa que estamos sendo vistos”**; “As empresas precisam ser responsabilizadas pela previdência social dos atingidos”; A comunidade aumentou o consumo de álcool e outras drogas. População com muitos casos de câncer e de depressão. A participação é fundamental e precisa ter um recorte de gênero.



Créditos: Governo Federal.

5º ENCONTRO

Local: Quadra esportiva da Escola Municipal Hilda de Moraes, comunidade de Cachoeira Escura, município de Belo Oriente/MG.

Perfil dos participantes: Público diverso, urbano e rural. Alta representatividade de agricultores e pescadores; forte presença das mulheres e de pessoas pretas e pardas.

Responsáveis pela organização: Governo Federal, Comissão Local de Atingidos, MAB; Aedas (ATI).

Número de participantes: aproximadamente 400 pessoas.

Municípios / localidades presentes: Ilha do Rio Doce, distrito de Caratinga; Pedra Corrida/Periquito; Ipatinga; Pavim; Bugre e São Lourenço.

Temas em destaque: Mulheres negras atingidas; falta de peixes e contaminação da produção agrícola (destaque para banana, milho, abacate); dificuldade em comercializar a produção da agricultura familiar, pois **“ninguém mais quer comprar”**; indenizações individuais insuficientes e atrasadas, muitas pessoas não foram reconhecidas como atingidas pela Renova; insegurança quanto à utilização da água do lençol freático.

FILA DO POVO – FALAS DAS PESSOAS ATINGIDAS

Pedem uma cláusula no acordo de repactuação que especifique a destinação de recursos e ações para o povo ribeirinho e o povo atingido. É possível descontaminar o rio? e o solo?; como retomar a produção agropecuária sem essa etapa ser vencida? Como propor uma retomada econômica sem confirmar esse primeiro passo? junto com pesquisas sobre qualidade do solo; água; peixes; produtos plantados. **“Comissão só é comissão com atingidos/as participando”**. Representante de Ipaba do Paraíso fala que o bairro dela está virando fantasma; nem pra pasto servem mais as áreas de matas; tomo banho e saí todo coçando; Ilha no Rio Doce - ribeirinhos - povo humilde que mora em várias dessas localidades e não sabem/sabiam o que é impacto ambiental; relatos de pessoas que morreram de infecção; **“só quem sente na pele isso tudo sabe o que é”**; 2022 novas enchentes trouxeram rejeitos e impactaram áreas que estavam sendo recuperadas; **“Réu é o atingido e o atingido virou a empresa”**; **Peixe acabou, não temos direito a mais nada. Esperança é Deus e em vocês”**; **“quando tinha fome o peixe salvava, hoje nem isso”**; **“dia 05/11/2015 é o sepultamento do rio”**; Nesse momento foi mostrado uma criança de 11 anos com possíveis infecções nas costas; Falaram até de prisão para manifestantes; **criminalização dos atingidos**; humilhados para arrumar comprovações e provas; mas levaremos esse nosso caixão; **“se sensibilizem por nós”** **“Rio Doce era bonito, hoje ninguém acredita em nós devido ao peixe contaminado”**; Relato que ficaram 76 dias sem água; primeira vez que estamos vendo Governo Federal aqui; Água para consumo precisa ser comprada; **“Mulher é mais atingida”**; Falam do atingimento ampliado e extenso. Que pessoas que compravam peixe e não compram mais, também são atingidas. Aumento do câncer na cidade. **Referem especialmente a câncer de estômago. Referem também a outros problemas no estômago.** **“Sem água e sem-terra ninguém vive”**; **“A única pessoa que**

pode nos ajudar nesse mundo é o presidente Lula”. “Levem pro presidente Lula nossas dores”; Água, terra, sustento e alimento. Depois do desastre, quando o rio enche não é possível se alimentar pelo cheiro. Também apresentam vômito e mal estar. Na enchente de 2020 em diante todas as plantas morreram, todo mundo que entrou em contato com a água. Não tem assistência médica, estão sem remédio, a poeira é tóxica. Não tem renda, não tem escola. Uma representante ilheiro refere que a comunidade tinha muitos casos de vômito e diarreia e quando mudou a água para consumo os sinais e sintomas referidos diminuíram. **Comiam peixes e agora não tem mais o que comer.** “Quando se toma banho a gente sai com coceira no corpo”. **“A pele fica igual uma lixa”**; Falam que os caminhões pipa tem procedência e segurança duvidosa. Em dado momento chamaram uma criança para frente da plenária, pediu que ele tirasse a blusa e mostrou lesões extensas na pele. Referiram que isso é comum na comunidade e que tanto a criança quanto a comunidade não tem assistência à saúde para investigação e para tratamento. Posteriormente uma mulher também mostrou lesões no couro cabeludo. **“A casa de governo vai ajudar muito”**; **“O Réu nesse caso parece ser o atingido”**; **“Façam valer nosso direito, a onde a gente não pode chegar vocês podem”**; *“Grito é que nos enxerguem”*.



Créditos: Governo Federal.

6º ENCONTRO

Local: Casa de Encontro Sagrado Coração de Jesus, em Tumiritinga/MG.

Perfil dos participantes: Público diverso, com destaque para moradores das áreas rurais, agricultores e pescadores; presença de assentadas/os da reforma agrária; mulheres e pessoas pretas e pardas.

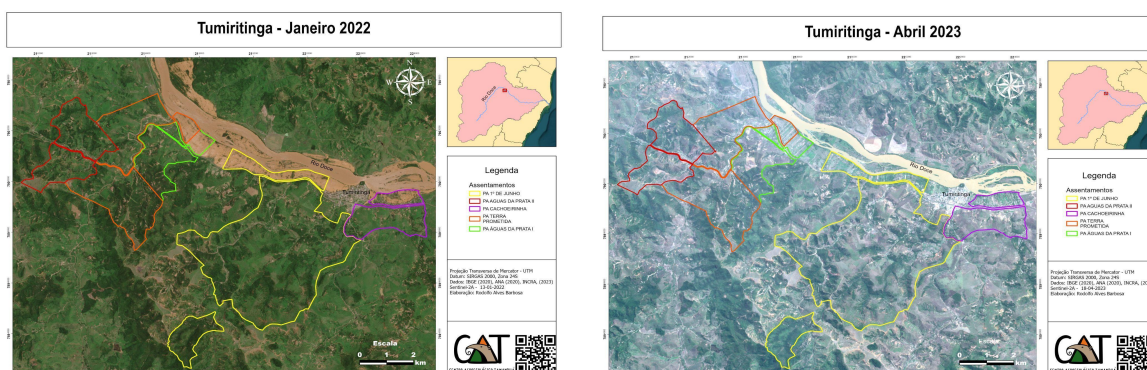
Responsáveis pela organização: Governo Federal, CAT (ATI).

Número de participantes: aproximadamente 80 pessoas.

Municípios / localidades presentes: Galiléia/MG.

Temas em destaque: Contaminação da água e insegurança quanto à utilização da água para consumo humano e para produção; impactos sobre a agricultura familiar e sobre a pesca artesanal; impactos sobre o turismo – destaque para a prainha e para o carnaval de Tumiritinga; aumento de doenças físicas e mentais. Além dos problemas causados pelas enchentes que afetam diretamente cinco assentamentos de reforma agrária e acampamentos que estão próximo do leito do rio, há mais de dez anos aguardando regularização e transformação em assentamentos.

Os mapas a seguir, disponibilizados pelo CAT (ATI) evidenciam o impacto das enchentes, que causam o retorno da lama nas terras dos produtores rurais.



Áreas alagadas no Rio Doce em dois períodos diferentes, Tumiritinga / MG. Fonte: ATI/CAT, 2023.

Propostas Gerais: Elaboração de uma política de convivência com as mineradoras; construção de fonte de captação alternativa de água fora do Rio Doce; revitalização dos córregos da região e implantação das barraginhas; destinar os recursos da reparação para as comunidades atingidas; priorizar ações para as mulheres.

Propostas da participação social: Criação de um conselho de base territorial nas comunidades e municípios atingidos.

FILA DO POVO – FALAS DAS PESSOAS ATINGIDAS

Estação de tratamento construída está com problemas e trouxe complicações; a fiação que passou para a estação de tratamento acabou trazendo problemas na casa e prejudicou a família; são os danos da reparação; **O TTAC até hoje não nos ouviu;** necessário criar

conselhos e discutir participação; Atingido que mora perto do rio e teve o assentamento altamente impactado, a lama ainda não foi tirada; **A agricultura está vivendo dependente da Renova, usamos uma “muleta”**; foram atendidos pelo PG 17 da renova, “porém as enchentes e a lama novamente atrapalhou tudo; as enchentes antes eram produtivas, fazia bem a produtividade; hoje ela mata; agricultura usa a água do rio” - a irrigação não foi indenizada - pensar em barraginhas; pescador não trabalha mais; a produção que perdemos não foi indenizada; mandioca, farinha; banana-bananada; problemas com as vacas e bezerros; mulheres têm participação nessas produções; **O que tem na repactuação que vai nos ajudar?** Emater com 1 técnico não consegue auxiliar aqui com 500 agricultores; as ATI que vai nos ajudar aqui; **pescadores atingidos de forma muito intensa, reivindicamos é pensão vitalícia**; Teve familiares que morreram sem receber nada; **Turismo impactado na localidade**. Recebiam muitos visitantes em feriados (carnaval principalmente) para desfrutar da orla do rio Doce. Hotel, comércio acabou com o fluxo; **Mulheres são lesadas em todas as instâncias, então na lama não é diferente; 600 mulheres faziam parte da luta do Assentamento Terra Prometida, banhado pelo Rio Doce; Renova pede as provas e nós perguntamos se é pra ajudar ou incriminar?** Ninguém confia mais nos nossos produtos; “Até 2015 não dependíamos da Vale, BHP, Samarco e Renova”; Aumento alarmante de câncer; Aumento de Depressão: “O homem que perde o desejo e o sonho ele está morto”; Aumento de diabetes e Hipertensão na comunidade. Aumento da fome. Falta água e a secretaria não está fazendo a forma correta de distribuição de água. **Observação sobre situação dos Acampamentos:** A situação de acampamentos quase consolidados em assentamento, pois as **famílias estão aguardando há quase 10 anos a política de reforma agrária**, e durante a passagem no município foi defendido em falas que essas famílias devem ser atendidas da mesma forma como os assentamentos já implantados.

“Estão pensando por nós sem nós”; “Pra nós e não é com nós... Dinheiro na mão dos outros não mata a nossa fome! Dinheiro nas mãos dos outros não pagam nosso remédio”. Como diz Santo Agostinho: “A esperança tem duas filhas lindas: uma é a indignação e a outra é a coragem”.





Créditos: Governo Federal, 2023.



Créditos: Missão do MDA, em 2016, 3 meses após o rompimento.

7º ENCONTRO

Local: Sede da Cáritas em Governador Valadares/MG.

Perfil dos participantes: Lideranças e representações das comissões de atingidos de Governador Valadares – comissões por bairros, comissões por segmentos ocupacionais (construção civil). Presença destacada do público urbano, inclusive com professores e estudantes da universidade. Pessoas majoritariamente negras e pardas.

Responsáveis pela organização: Governo Federal, Comissões Locais de Atingidos e Cáritas (ATI).

Número de participantes: aproximadamente 100 pessoas.

Municípios / localidades presentes:

Temas em destaque: Questão da água, que impacta desde os ribeirinhos até a construção civil. Reincidência da lama a cada ano devido às enchentes; presença de contaminantes como arsênico e outros agentes tóxicos, detectados na lama por meio de testes químicos e físicos executados pela UFJF/GV, os quais contrastam laudos da Renova.

Sugestão da participação social: Implantação de um sistema de participação social a partir de comissões territoriais e temáticas, à exemplo do que já existe em Governador Valadares.





Créditos: Governo Federal.

FILA DO POVO – FALAS DAS PESSOAS ATINGIDAS

“O protagonismo desse crime tem que ser dos atingidos”; “Governo do estado picotou o recurso no estado inteiro”; Rio Doce é o rio mais impactado do Estado de Minas Gerais; “Saneamento aqui é zero e aterro sanitário é nulo. Se fizesse isso em cada município seria um alívio”; “falta água, perdemos em qualidade de vida”; Realidade urbana é outra dimensão; **“essa lama destruiu sonhos, sentimos na pele o que é ser atingido”;** Cáritas hoje é a nossa casa; Moradores da ilha de Governador Valadares falam da incidência de enchentes e lama todo ano. **“a lama é um adesivo, gruda onde ela chega”;** Professores coletaram água e os parâmetros químicos/físicos com arsênicos e outros contaminantes tóxicos; **“era para o estado entrar em convulsão após o primeiro crime, vieram dois”;** “mineração traz mil desgraça, mentira de emprego e impacto suave”; unir forças, nada vem lá de cima; **quem cozinha com água mineral? você não pode mais tomar água do Rio Doce;** Candonga abre comportas para limpar turbinas e causa enchentes de novo; **Renova não é transparente, não é independente;**

8º ENCONTRO

Local: Sede do Patronato de Resplendor/MG.

Perfil dos participantes: Público diverso, urbanos e sobretudo rurais.

Responsáveis pela organização: Governo Federal, Comissão Local de Atingidos, Aedas (ATI) e MAB.

Número de participantes: aproximadamente 150 pessoas.

Municípios / localidades presentes: Conselheiro Pena

Temas em destaque: Situação das indenizações individuais; dificuldades na obtenção dos registros da pesca e desamparo dos pescadores; impacto das enchentes sobre a produção agrícola; condição não reconhecida dos areeiros enquanto atingidos e impactos sobre a construção civil; existência de poeira tóxica (com rejeitos) que afeta a saúde das pessoas e do ambiente; aumento do adoecimento físico e mental; não reconhecimento das mulheres atingidas; decisão sobre os recursos com os atingidos.



Créditos: Governo Federal.

FILA DO POVO – FALAS DAS PESSOAS ATINGIDAS

“Como os atingidos serão cadastrados?”; **Renova não nos atendeu bem, Aedas chegou e mudou a situação**; **“o trem de minério passa aqui na minha frente”**; Recriação do Ministério da Pesca foi fundamental”; “não dou água do rio para os animais”; Rejeitos voltam nas enchentes do rio e atrapalham os agricultores que não foram indenizados; **“Documentos dos ilheiros não são considerados nem reconhecidos”**; **“NOVEL foi muito ruim”**; **O PG 17 da Renova foi feito, até um bom trabalho, mas encheu tudo de água do rio e perdeu o trabalho todo**. Então a segurança que precisamos é com relação às cheias”; “morador mais distante dos Krenak está a 100 metros, como não é atingido?” “poluição sonora, poeira, rejeito, situação dos areeiros e pessoal da construção civil é de contato diariamente com coisas tóxicas; **“nunca vi uma pessoa ir lá em Conselheiro Pena reparar e estamos falando de repactuação?”**; “cansados de ouvir a Renova”; “banho só com água mineral”; “queremos água limpa e potável, nasci aqui dentro do rio, agonizando com a lama, tenho ponte de safena (artérias obstruídas e sangue com preocupações)”; “cheio de coceiras no corpo”.

9º ENCONTRO

Local: Câmara de Vereadores de Aimorés/MG.

Perfil dos participantes: Atividade com menor representatividade numérica, participação de lideranças dos atingidos; presença de pescadores; participação de advogadas das Comissões de Atingidos, presença de indígenas do povo Puri. Dois Vereadores presentes;

Responsáveis pela organização: Governo Federal, Comissão Local de Atingidos, Aedas (ATI) e MAB.

Número de participantes: aproximadamente 50 pessoas.

Municípios / localidades presentes:

Temas em destaque: Demanda por reconhecimento do povo Puri enquanto indígena; denúncias sobre a situação dos pescadores; cadastro da Renova foi familiar e não contemplou as/os dependentes, que permanecem sem direito à indenização; impactos sobre a saúde física e mental das pessoas; insegurança quanto à condição da água para consumo humano e para irrigação das plantações; aumento da regularidade das enchentes na região, as quais trazem de volta os rejeitos e contaminam novamente o solo.

Sugestão da participação social: Discutir a Política dos Atingidos por Barragens (Minas Gerais aprovou a Lei n. 23.795/2021, da PEAB; e há atualmente o PL 2788/2019 no Senado Federal que visa instituir a PNAB).

Propostas gerais: Ação coordenada e sistemática com vistas a proteger direitos dos indígenas; criação de uma coordenação do cuidado no Ministério da Saúde.





Créditos: Governo Federal.

FILA DO POVO – FALAS DAS PESSOAS ATINGIDAS

“graças a Deus o resultado do Governo Federal vindo”; **“atingidos precisam participar desse processo**; “atingido não tem acesso às reparações, carteirinhas no MAPA dos pescadores artesanais; Problemas urbanos nas construções; Ilha e enchentes são um grande desafio; “distrito do Rio Doce estão abandonados; Sobre a Renova, são poucas pessoas pra decidir muitas coisas e por muitas pessoas”; **“empesa destrói um rio e o atingido que tem de provar que é atingido”**. “caos na reparação financeira, vários não tem direitos”; “pessoas não conseguem acessar benefícios; “levantamento dos danos, renda auxiliar emergencial e reunião com Lula”; “pontuação que Casa de Governo não deve ser somente em Governador Valadares”.

10º ENCONTRO

Local: Auditório do Sindicato dos Ferroviários, em Vitória/ES.

Perfil dos participantes: Representações sindicais e de movimentos sociais do estado do Espírito Santo, OAB/ES, coordenação do MDA e do Inbra no ES; presença de representantes da Universidade Federal do Espírito Santo.

Responsáveis pela organização: Governo Federal, SindiFer e MAB.

Número de participantes: aproximadamente 60 pessoas.

Temas em destaque: Não reconhecimento dos pescadores de Jacaraípe como atingidos; não inclusão de muitas pessoas e comunidades no cadastro da Renova; valorização da realização da comitiva do Governo Federal, com destaque para a presença de jovens representando o Governo.

Propostas sugeridas: Implantação de assistência técnica (ATER) e de sistemas agroflorestais agroecológicos; aproveitamento das 150 ilhas de cacau para o programa de retomada econômica; articulação de projetos de pesquisa e extensão junto às Universidades e Institutos Federais.



Créditos: Adai Brasil.

11º ENCONTRO

Local: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina/ES.

Perfil dos participantes: Público diverso, urbano e rural; forte presença de agricultores e pescadores; presença da Diocese de Colatina; presença de advogadas das Comissões Locais de Atingidos; alta representatividade de pessoas pretas e pardas e de mulheres.

Responsáveis pela organização: Governo Federal, Adai (ATI) e MAB.

Número de participantes: aproximadamente 100 pessoas.

Temas em destaque: Questão da água e seu impacto sobre os habitantes do núcleo urbano do município; insegurança para utilização da água para a produção da agricultura familiar, com impactos sobre o comércio da produção agrícola nas feiras e nos mercados locais; impactos sobre toda a cadeia produtiva (agricultores, feirantes etc); impactos sobre a produção cafeeira da região, que demanda irrigação; demanda de pesquisas sobre contaminação da água e solicitação de tutela de urgência do MPF sobre abastecimento de água em Colatina; ausência de um programa de transferência de renda e dificuldade com as indenizações individuais; aumento dos problemas de saúde, abortos em humanos e animais, infertilidade dos homens; atingimento das mulheres; dificuldade de obtenção do RGP pelos pescadores.



Créditos: Governo Federal.

FILA DO POVO – FALAS DAS PESSOAS ATINGIDAS

Demanda por **“acompanhar de perto essa repactuação”**; Relatos de atingidos urbanos; uma das pessoas apontou que a filha provavelmente tomou água de procedência duvidosa na creche. Agroecologia aparece como forma alternativa. Renova foi **“enxugar gelo”**; Necessidade do PTR: atingida fala que gasta R\$250,00 por mês comprando água mineral. **“saúde piorou; aborto com mais intensidade e infertilidade de homens”**; saúde mental - uma atingida relatou que toma 18 comprimidos. **“ATI com contrato de apenas de 2 anos, é preciso já pensar sobre isso e ter continuidade”**. **“Prejuízo do medo futuro, esse momento nos traz esperança”**. **“não tem restauração do Rio Doce”**. Como fazer essa reparação do rio?



Créditos: Governo Federal.

“pesco e vivo do rio Doce há 60 anos, faço rede e barco desde criança. A Renova distribui panfletos sobre os programas que ela desenvolve, olha o custo desse material que deveria vir pro atingido”.



Créditos: Governo Federal.

12º ENCONTRO

Local: Quadra poliesportiva de Povoação, distrito de Linhares/ES.

Perfil dos participantes: Público diverso, com destaque para pescadores e agricultores; presença da Comissão Local de Atingidos; representação do Instituto Federal de Piúma/ES; forte participação das mulheres e de pessoas pretas e pardas. Presença de manifestações culturais com Grupo de Folia de Reis, cartazes e ornamentação do local do evento.

Responsáveis pela organização: Governo Federal e Adai (ATI).

Número de participantes: aproximadamente 350 pessoas.

Temas em destaque: Questão da água, contaminação e insegurança na utilização para consumo humano e para a produção; perda do lazer que era propiciado pelo rio; condição de desamparo e falta de horizonte dos pescadores; indenizações individuais e auxílio financeiro emergencial não chegaram para muitas pessoas; problemas na obtenção do seguro-defeso que muitos ficaram sem o benefício.

Propostas sugeridas: Implantação de projetos de aquicultura por meio de parceria com Universidades e Institutos Federais.



Créditos: Governo Federal.

FILA DO POVO – FALAS DAS PESSOAS ATINGIDAS

Atingido trouxe um galão para mostrar a cor da água; “Era lazer, consumo e alimentação”; “o que vai ser dos meus filhos?” Questões variadas de saúde; áreas de proibição de pesca - reivindicação de tratamento diferente com os pescadores/as; “três enchentes por ano que chegam aqui nessa localidade e trazem, rejeitos”; “confiamos na ATI - ADAI”; “queremos justiça, temos que ter outra indenização”. “sobre as áreas de proibição de pesca devemos ter um tratamento diferenciado”; “recadastrar os atingidos que não foram considerados”; “2 anos de ATI é muito pouco”; “necessário o reconhecimento de comunidades tradicionais que ainda não foram consideradas; “ é para o atingido que tem que ter repactuação”



Créditos: Governo Federal.

13º ENCONTRO

Local: Clube Guararema, Linhares/ES.

Perfil dos participantes: Lideranças de comunidades atingidas, destaque para a presença de indígenas e de pescadores; representação dos surfistas locais. Forte presença das mulheres e de pessoas pretas e pardas.

Responsáveis pela organização: Governo Federal e Adai (ATI).

Número de participantes: aproximadamente 150 pessoas.

Temas em destaque: Não reconhecimento de pessoas e comunidades atingidas; grande número de pessoas que não receberam indenizações e auxílio emergencial; rompimento impactou diversos segmentos sociais e o modo de vida das pessoas, inclusive dos surfistas locais; impactos sobre o turismo; população adoecida física e mentalmente; os pescadores reclamaram sobre a obtenção do RGP, mas indicaram alguns caminhos que estão tomando como o cultivo de tilápia em tanques de fibra.



Créditos: Governo Federal.

FILA DO POVO – FALAS DAS PESSOAS ATINGIDAS

“**não confiamos na Renova**, não tem representantes para representar os atingidos”; “muita gente contaminada com o rejeito”. “**produtores de cacau não foram lembrados**”; “ninguém compra mais nada aqui na localidade porque sabe de onde vêm”; “renda era 7 mil por mês e hoje é apenas um salário”; “comissão de advogados ludibriou muita gente”; “lagos perderam muitos peixes; Aldeia Areial contaminada e sem água de beber; Camponeses do MPA de Jacutinga manifestaram a falta de professores - educação de jovens e adultos; Educação do campo/popular não é prioridade, isso tudo somado à lama. Moradores da Lagoa Paranã - rio São José deságua água suja todo dia; Plantadores de maracujá e café tiveram benefícios cortados; “mataram nosso rio e as pessoas inocentes na luta por justiça”; “era contra a ADAI e hoje vejo a importância dela”; “Sooretama não reconhecida, solicitamos a presença da ADAI na localidade;



Créditos: Governo Federal.

14º ENCONTRO

Local: Visitas na Comunidade de Entre Rios, no entorno de Regência, e visita à foz do Rio Doce, em Regência, distrito de Linhares/ES.

Perfil dos participantes: agricultores familiares.

Responsáveis pela organização: Governo Federal e Adai (ATI).

Número de participantes: visitas a duas famílias.

Temas em destaque: A cada enchente o solo de plantio é novamente contaminado pelos rejeitos; falta de informações sobre os programas da Renova; insegurança quanto à utilização da água; as lagoas estão apresentando degradação (eutrofização) devido a mudança do fluxo hídrico que foi interrompido.



Créditos: Governo Federal.

15º ENCONTRO

Local: Auditório do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) de São Mateus/ES.

Perfil dos participantes: Representantes da Comissão Local de Atingidos; presença de advogados de comissões de atingidos da Bahia; público diverso, com destaque para atingidos urbanos e pescadores.

Responsáveis pela organização: Governo Federal e MAB.

Número de participantes: aproximadamente 80 pessoas.

Temas em destaque: Dificuldades no acesso às indenizações individuais e no auxílio financeiro; pescadores estão sem apoio e não podem migrar para outra atividade pois a água é a base de tudo; acreditam que deve ser feito algo em relação a suspensão da pesca, mas precisam ter outras alternativas econômicas.

FILA DO POVO – FALAS DAS PESSOAS ATINGIDAS

“não devemos nos dividir nos dividir”; “MPA irá colaborar no que for necessário”; **“necessário um portal de transparência para entendermos as indenizações”**. “peixe morre é pela boca, hoje somos nós”; “vento sul trouxe a lama aqui pro litoral norte, hoje comerciantes e setor turístico todo atingido”; “quilombo Morro da Onça não foi contemplado no mapa de atingidos”; **“ganância do ser humano fez romper essa barragem”**; **“sem pescar, sem carangueijo, sem vendas e sem trocas”**; “repactuação não seja utilizada como trampolim político, **DER falando de utilizar dinheiro da repactuação nas estradas**; “que essa luta seja de todo o povo brasileiro”; **“Governo Federal precisa olhar para nós igual olhou para os indígenas lá do norte (Yanomami)”**; “tem povoado sem luz ainda”; RGP e os direitos dos pescadores precisam de mais atenção; “agricultores impactados do mesmo jeito que os pescadores”; **“projeto não só de emergência, mas algo mais forte pro futuro”**; atingida alega ter arsênio no sangue - **“não pode ter dinheiro para asfalto, é para a saúde**; “repactuação precisa ter escola, posto de saúde dentro da comunidade e do território; “Reparação é para aquele que foi atingido, existe conflitualidade com gente que nem morava aqui e veio receber indenizações e foi embora; “sou atingido físico e mental, gasto 600 reais por mês e estou doente”



Créditos: Governo Federal.

16º ENCONTRO

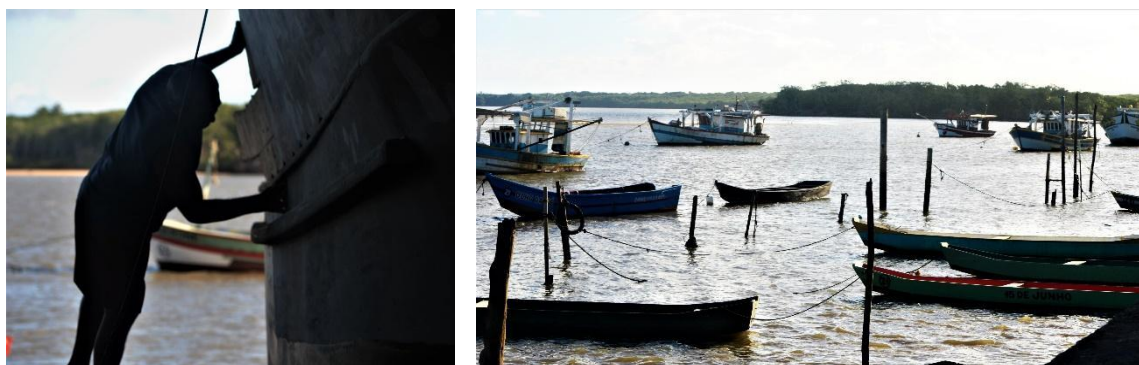
Local: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Quilombola, em Conceição da Barra/ES. Visita ao estaleiro de pesca artesanal no município.

Perfil dos participantes: Comissão Local de Atingidos, representantes da colônia de pescadores e outros pescadores, presença de advogados das comissões de atingidos da Bahia. Participação de quilombolas e alta representatividade de pessoas pretas e pardas, assim como de mulheres.

Responsáveis pela organização: Governo Federal, ADAI (ATI) e MAB.

Número de participantes: aproximadamente 50 pessoas.

Temas em destaque: Insegurança dos pescadores quanto à condição dos peixes e da qualidade da água e do manguezal; pescadores querem decidir as destinações dos recursos da repactuação; corte dos registros de pesca (RGP); Impactos sobre o turismo local; pescadores do sul da Bahia trouxeram vídeos e fotos de peixes com sintomas de contaminação e pediram para serem incluídos como atingidos.

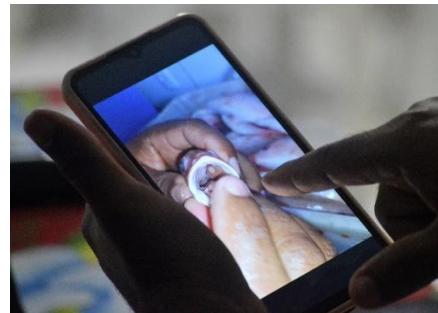


Créditos: Governo Federal.

FILA DO POVO – FALAS DAS PESSOAS ATINGIDAS

“300 quilos de peixes que pesco e estão contaminados”; “isso aqui vai ser mais um perda de tempo, ou vai dar resultado?”; **“não é só o Rio Doce o afetado, estamos fora da bacia aqui em Conceição”;** “programas de água para além do Rio Doce /CBH tem propostas hídricas e florestais; trabalhadores do estaleiro relatam dificuldades: “não tenho paz, única coisa que eu sei fazer na minha vida”; “meus netos terão quais condições no futuro sem trabalhar no mar?”, “Recebi **uma migalha de dinheiro, mas queria meu mar limpo, meus problemas permanecem**, quem garante que minha saúde está boa?” Pescador de Nova Viçosa trouxe peixes para a comitiva do Governo Federal ver: **“povo baiano está esquecido, Samarco ninguém fala nada”;** “reivindicamos nossos direitos, mercado do peixe tem ninguém”; “tem 10 feirantes lá na minha comunidade que são atingidos”; “leve esse nó na minha garganta lá para o presidente Lula”; Quilombolas de Córrego do Sertão foram atingidos também na pesca e na agricultura; Reconhecimento territorial quilombola é fundamental; “ecocídio das mineradoras, não devemos ficar atingidos contra atingidos”; “dinheiro pode acabar, mas educação e cultura não, então o direito coletivo tem que vir com

o Ministério da Educação e o da Cultura; “a Geografia diz: ninguém se desterritorializa sozinho”;



Créditos: Governo Federal.

ENCONTRO COM O POVO INDÍGENA KRENAK

Em 10 de julho de 2023, o Ministério dos Povos Indígenas e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas estiveram presentes na Aldeia Takruk, do Povo Krenak, no município de Resplendor/MG. A Ministra Sônia Guajajara do MPI e a Presidenta da Funai, Joênia Wapichana foram acompanhadas do Secretário Nacional de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Weibe Tapeba, das equipes da Funai e do MPI e da Deputada Federal Célia Xakriabá. Na ocasião foi possível ouvir e dialogar com os indígenas sobre o processo da repactuação, com o reforço do compromisso de respeitar as decisões dos povos indígenas. Destaca-se a receptividade com os membros do Governo Federal, expressa na fala do Cacique Leomir Krenak: “é emocionante ver que vocês estão se colocando à disposição”.

Uma das preocupações centrais dos indígenas é também compartilhada pela população em geral: ter meios de incidir sobre as prioridades e sobre o recurso das ações de reparação. O caminho de envio do recurso para as prefeituras é contestado, haja vista que “prefeitos vão ficar com o dinheiro e os prefeitos são contrários aos indígenas”.

Outro aspecto de destaque é a falta de informações sobre o processo da repactuação, algo que também foi apontado pelo público em geral das agendas de 14 a 24 de julho.

ENCONTRO COM AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

No período de 21 a 27 de julho de 2023, uma equipe composta por representantes do Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e Fundação Cultural Palmares realizaram uma série de escutas com as Comunidades Quilombolas atingidas pelo rompimento da Barragem do Fundão. Iniciando pelo município de Mariana-MG, passando por Linhares-ES, São Mateus-ES e finalizando com Conceição da Barra-ES.

DO PROCESSO DE ESCUTA NA REGIÃO DE MARIANA-MG

No município de Mariana, estão localizadas 04 Comunidades Quilombolas atingidas pelo rompimento: Santa Efigênia; Queimadas; Castro e Embaúbas. As comunidades somadas, possuem cerca de 800 pessoas. Esse número é estimado, uma vez que as lideranças relataram a dificuldade que a prefeitura impõe para o cadastramento dos quilombolas nos bancos de dados oficiais.

As comunidades possuem certificação da Fundação Cultural Palmares e possuem processos de regularização fundiária abertos no INCRA. Elas se localizam próximas umas das outras, mas não de forma contígua. Uma estrada corta as comunidades. Santa Efigênia e Queimadas são limítrofes, já Embaúbas se localiza em um vale e possui o grau maior de dificuldade no acesso em detrimento das demais. Castro se destaca pelo quantitativo de residentes no território tradicional e está localizada mais próximo do distrito de Paracatu, onde os rejeitos invadiram toda a localidade, obrigando a população inteira abandonar a localidade a partir de um deslocamento compulsório.

O Rio Paracatu, também conhecido como "Gualaxo", passa por dentro do distrito de Paracatu e foi através dele que os rejeitos atingiram o Rio do Carmo e chegaram até o Rio Doce. Esse rio tem ligação direta com as comunidades quilombolas, era através dele que os peixes subiam o rio em seu período de reprodução, e que os quilombolas pescavam, conforme relataram as lideranças locais. Após o rompimento da barragem, as comunidades alegam que os peixes não fazem mais esse fluxo, prejudicando tanto a subsistência, como as práticas culturais.

As 4 Comunidades Quilombolas possuem uma ligação muito intrínseca com o distrito de Paracatu. Os artesanatos eram comercializados nas feiras e espaços locais, os festejos e práticas culturais e esportivas eram realizadas em conjunto com as pessoas residentes no distrito. Com o deslocamento das pessoas da comunidade toda as ligações e práticas foram interrompidas acarretando em prejuízos socioculturais as comunidades.

Durante os diálogos as pessoas das Comunidades relataram muito medo que se repita algum rompimento, com isso, pararam de ir comercializar seus produtos em localizações "mais

baixas" da cidade. Muitos foram os relatos de medo, e de falta de assistência e informações. Com o rompimento e o esvaziamento de Paracatu e outras regiões, pessoas que receberam indenização têm comprado lotes e terrenos dentro do Território. Há uma ocupação desenfreada da área por esses agentes que possuem práticas culturais distintas das tradicionais, como por exemplo a construção de muros que onde antes não existiam, o que reverbera em um fenômeno de segregação da comunidade, dificultando o deslocamento dos quilombolas dentro do próprio território. Esse é um impacto cultural muito forte, uma vez que as comunidades ancestralmente se deslocam, se comunicam e se encontram através destas rotas.

Além disso, o centro de Mariana era o lugar onde as pessoas das comunidades buscavam e efetivamente conseguiam emprego. Adotavam como estratégia passar a semana no centro e se deslocavam para as comunidades nos fins de semana. Após o rompimento, com o deslocamento de várias pessoas para a região, houve um desequilíbrio sociocultural, fazendo com que os empregos ficassem mais escassos, o que empurrou as pessoas a procurar trabalho em outras localidades mais distantes. Essa lógica impôs períodos maiores e mais tempo longe das comunidades. Alguns, deixaram as comunidades neste período de mais de 07 anos.

Cabe destacar, no entanto, que as Comunidades Quilombolas da região não receberam qualquer auxílio das empresas e lutam para serem reconhecidas como atingidas e poderem receber as reparações necessárias. O primeiro Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta – TTAC sugerido, as Comunidades Quilombolas estavam incluídas, posteriormente, foram retiradas, sob a alegação de uma Nota Técnica produzida pela Fundação Cultural Palmares. Contudo a própria Palmares, já emitiu parecer reconhecendo que as Comunidade Quilombolas de Santa Efigênia, Castro, Queimadas e Embaúbas são atingidas pelo rompimento da Barragem.

No último mês junho o Comitê Interfederativo (CIF) reconheceu as Comunidades Quilombolas como sendo atingidas. O que poderia dar início a uma nova etapa na vida dessas pessoas, foi mais uma vez posta em suspenso, pois a Fundação Renova contestou administrativamente a decisão.

As comunidades pleiteiam:

- 1 - Indenizações pelos prejuízos socioeconômicos, culturais e ambientais;
- 2 - Assessoria Técnica Independente que seja Quilombola e que as Comunidades estejam inseridas em todo o processo;
- 3 - Construção participativa do Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ), através de Estudo de Componente Quilombola (ECQ);
- 4 - Atendimento de saúde digno, com acompanhamento mais próximo e sistemático de saúde mental;
- 5 - Informações sobre o processo de repactuação e como esse irá afetar suas vidas;
- 6 - Auxílio para retomada de atividades econômicas;
- 7 - Reparções coletivas pelos danos causados pelo rompimento da Barragem;

8 - Que as medidas compensatórias, como o reservatório de água que está sendo construído na região do distrito de Furquim, também alcancem as comunidades;

9 - O direito de participar e decidir sobre as políticas e questões que incidem sobre suas vidas e impactam direta e indiretamente seus Territórios Ancestrais, conforme a Convenção 169 da OIT;



Créditos: Governo Federal.

DO PROCESSO DE ESCUTA EM LINHARES-ES

Degredo é uma Comunidade Quilombola que possui estruturas socioeconômica e cultural baseadas em atividades rurais e pesqueiras. Localiza-se no município de Linhares-ES, e possui cerca de 178 famílias e foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2016. O Rio Ipiranga, atingido pelo rompimento da Barragem, é central na cultura quilombola de degredo. O Rio tem interligação com as diversas Lagoas da região e deságua no mar, exatamente na região do Quilombo.

A comunidade possui forte atividade pesqueira e parou de exercer por conta da contaminação das águas, seja do Rio, das Lagoas e do mar.

A Comunidade foi a única reconhecida pelo CIF por muito tempo e conseguiu se organizar e pleitear suas demandas junto à Fundação Renova. A Comunidade conseguiu, nessas negociações com a Renova, a construção do Estudo do Componente Quilombola (ECQ) e posteriormente a construção do Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ). Esses dois instrumentos, só foram possíveis graças ao nível de organização da Comunidade, que conseguiu que a Assessoria Técnica Independente fosse Quilombola e fosse composta por Quilombolas da Região.

Essa reivindicação de uma Assessoria Técnica Independente Quilombola, resultou no mapeamento e execução de ações, a partir da realidade da Comunidade. Por exemplo, a Comunidade se estrutura por núcleos familiares bem definidos, que eles denominam de tronco. Esses troncos, vivem mais ou menos nos mesmos vilarejos ou pequenos aglomerados e possuem referência nos mais velhos. E a partir dos troncos eles se reúnem para tomar decisões referentes à própria Comunidade. A Assessoria Técnica auxilia

subsidiando de informações e sistematizando o resultado dos diálogos, construindo um fluxo importante de comunicação na Comunidade.

Outro fator que se soma nessa experiência exitosa de Degredo é a participação dos mais velhos de cada tronco, em um Conselho dos Anciões. A reverência e respeito aos mais velhos é algo muito marcante para as Comunidades Quilombolas. E isso foi traduzido na construção de uma instância orientadora das ações. Para que isso desse certo, foi preciso construir um elo de confiança e segurança e isso só pôde ser feito com essa construção a partir dos próprios quilombolas da região.

Como fruto dessa construção, devemos olhar para o Plano Básico Ambiental Quilombola da Comunidade, que é composto por cinco eixos temáticos: i) Cultura, Identidade e Território; ii) Meio Ambiente e Pesca; iii) Saúde e Educação; iv) Etnodesenvolvimento e Segurança Alimentar; v) Gestão Territorial e Processos Integrados.

A Comunidade está muito preocupada em perder os avanços conquistados e se referem muito ao medo de se repetir o modelo de Brumadinho, que se concentra em poucos atores institucionais e, segundo as lideranças, não possibilitam às Comunidades a participação necessária nesse processo de reparação.

Diante dos desafios que se apresentam à Comunidade pleiteia:

- 1 - O cumprimento dos acordos já realizados com a Renova e materializados no PBAQ (como demonstrado acima)
- 2 - Construção de dois poços para distribuição de água para a Comunidade;
- 3 - Continuidade do pagamento das indenizações individuais e coletivas;
- 4 - Participação no debate sobre a proibição da pesca na região (Rio Ipiranga, Lagos e Mar)
- 5 - Continuidade do custeio, por tempo indeterminado, da Assessoria Técnica Independente;



Créditos: Governo Federal.

DO PROCESSO DE ESCUTA EM LINHARES-ES

Essa Região que envolve os dois Municípios é também conhecida como a Região de Sapê do Norte e envolve 25 Comunidades Quilombolas, sejam elas: Beira do Córrego e Retiro de Moreiras; Angelim, Angelim Disa, Angelim II, Agelim III e Córrego do Maluco; Pontinha; Linharinho (composta pelos povoados Dona Domingas, Dona Maria, Dona Anália, Dona Oscarina, Morro, Maria do Estado e Mateus de Ernesto); São Jorge (composta pelos povoados de Morro das Araras, Vala Grande, São Jorge, Córrego do Sapato I e Córrego do Sapato II); Sapé; São Domingos; Serraria e São Cristóvão; Roda D'Água; Nova Vista; Dilô Barbosa; Cacimba; Coxi; Chiado; Córrego Seco; Córrego do Sertão; Mata Sede; Beira-Rio Arural; Santaninha; Santana; Córrego Santa Izabel; Dona Guilherminda; São Domingos de Itauninhas; Ribeirão; Marinheiros e Rodrigues; Vila Santa Efigênia; Porto Grande; Córrego do Alexandre; Degredo; Morro da Onça; e Divino Espírito Santo.

Por ser uma região em que as Comunidades estão localizadas, muitas vezes entre os dois municípios e por estarem na mesma situação de invisibilidade, por parte das empresas e da Fundação Renova, fica mais didático, tratar das questões em um único tópico.

A região é marcada por um histórico de muitas violações de empresas, principalmente a Aracruz Celulose e hoje a Suzano, com a produção de papel e plantio de eucalipto que invadiram as comunidades e ficou conhecido como "Deserto verde".

O processo de cadastramento de famílias no primeiro momento do TTAC, as sucessivas negativas, a falta de informação e próprio "modus operandi" da Renova, fragilizaram o processo interno de articulação das comunidades fazendo, em alguma medida, despertar conflitos. Ao longo dos anos foi trabalhado, no senso comum, que aquelas comunidades não seriam impactadas, esse discurso violento se traduziu a partir da segregação dos territórios e adoção de diferentes estratégias de resistências de cada comunidade.

As comunidades pleiteiam:

- 1 - Indenizações pelos prejuízos socioeconômicos, culturais e ambientais;
- 2 - Assessoria Técnica Independente que seja Quilombola e que as Comunidades estejam inseridas em todo o processo;
- 3 - Construção participativa do Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ), através de Estudo de Componente Quilombola (ECQ);
- 4 - Atendimento de saúde digno, com acompanhamento mais próximo e sistemático de saúde mental;
- 5 - Informações sobre o processo de repactuação e como esse irá afetar suas vidas;
- 6 - Auxílio para retomada de atividades econômicas;
- 7 - Reparações coletivas pelos danos causados pelo rompimento da Barragem;
- 8 - Que as medidas compensatórias, como o reservatório de água que esta sendo construído na região do distrito de Furquim, também alcancem as comunidades;
- 9 - O direito de participar e decidir sobre as políticas e questões que incidem sobre suas vidas e impactam direta e indiretamente seus Territórios Ancestrais, conforme a Convenção 169 da OIT;



Créditos: Governo Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do presente relatório buscou contemplar a diversidade e a complexidade da situação das pessoas e dos territórios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. Pela primeira vez, em quase oito anos, uma comitativa interdisciplinar da União percorreu os municípios escutando as comunidades e estas puderam mostrar e explicar a realidade local, apontando os principais problemas ambientais, econômicos e sociais que perpassam as comunidades e as pessoas atingidas. Além da exposição por meio das falas das pessoas, foram também entregues documentos e pautas que estão sendo estudados pelo Governo Federal.

A decisão de estar junto das comunidades atingidas e de percorrer todas as regiões da bacia permitiu aos representantes da União conhecer a diversidade do território no que diz respeito tanto à riqueza natural e cultural de cada lugar, mas também identificar como os danos do rompimento da barragem foram muito severos e diversos.

Aos integrantes da comitativa foi possível ver e ouvir sobre a situação dos danos de saúde – física e mental – nas crianças, adultos e idosos; os variados danos sobre o trabalho e a renda dos pescadores e agricultores nas áreas rurais quanto diversos setores econômicos do meio urbano e; os impactos sobre as moradias e demais construções; a insegurança sobre a condição da água para fins de consumo e para a produção de alimentos; os casos de aumento da violência, com ênfase sobre as mulheres; dentre outros.

A situação verificada em campo aprofunda as responsabilidades dos poderes públicos envolvidos no processo da repactuação. Como se viu, os danos causados no dia 05 de novembro de 2015 e nos dias subsequentes se ampliaram e se agravaram desde então, muito em função do atraso nas ações de reparação por parte da Fundação Renova. É nesse sentido que as pessoas atingidas têm expectativas de que o novo acordo atenda o passivo da reparação ambiental e social e aponte caminhos concretos para a retomada econômica nos municípios, com o foco nas pessoas que vivem nas comunidades atingidas.

DOS ENCONTROS COM AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Considerando que as Comunidades Quilombolas possuem características culturais ancestrais vinculados aos Territórios e que essas dinâmicas são reconhecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro e por Organismos e documentos internacionais, diante de uma situação como esta, que afeta os Territórios, se faz necessário construir salvaguardas e reparações que acolham essas dimensões.

Ao nosso ver, toda estrutura pensada e executada pelos entes, constroem estratégias individualizadas, sem levar em consideração a característica coletiva ancestral e sociocultural das Comunidades Quilombolas. E quando se aborda coletividade, aponta para a estrutura

institucional dos Municípios e Estados, que não contemplam as comunidades Quilombolas em suas ações, integralidade e especificidades.

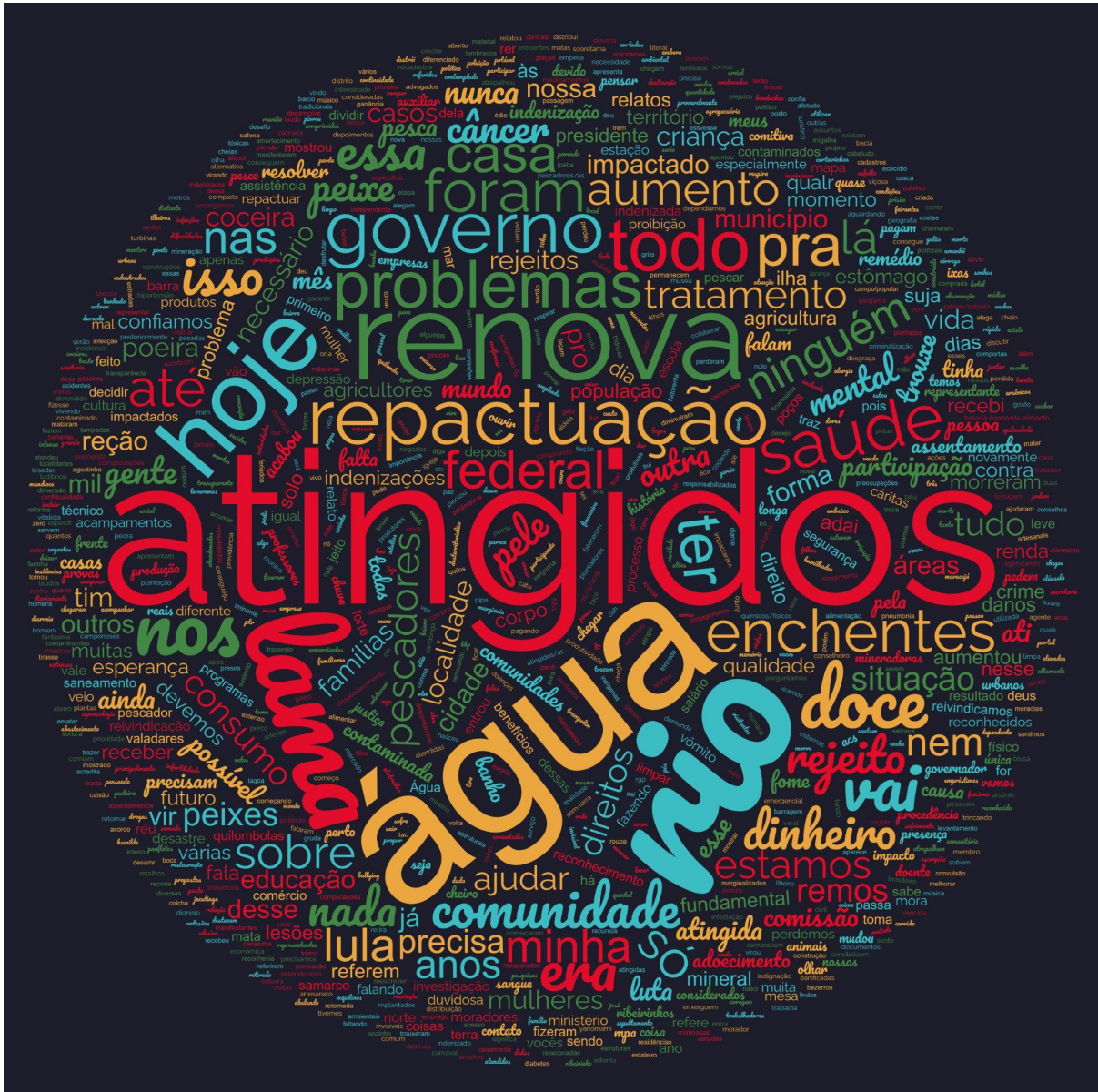
Diante dos fatos apresentados conclui-se pelo caráter, praticamente permanente dos danos causados por conta do rompimento da Barragem do Fundão.

Com isso, se faz necessário investimentos de múltiplas ordens, de forma imediata, mas também a garantia da continuidade de investimentos de longo prazo.

Com isso sugere-se cláusula de vínculo de percentual de em lucros futuros das empresas responsáveis pela Barragem do Fundão, além da não adoção, em se tratando de Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais, da categoria de quitação plena ou reparação integral.

Por fim, destaca-se que a existência de instrumentos e de espaços de participação social é indispensável para a garantia da transparência e da legitimidade pública do acordo perante a sociedade e toda geopolítica que envolve os temas relacionados à saúde e ao ambiente. De Mariana/MG à Conceição da Barra/ES, as pessoas reivindicam participar da mesa de negociação e, uma vez assinada a repactuação, demandam formas de incidir sobre as escolhas de investimento e sobre a fiscalização dos recursos. Como apresentado no discurso do Presidente Lula na posse do Conselho de Participação Social “[...] queremos que as discussões sobre as mais diversas políticas públicas sejam acompanhadas pelo maior número possível de pessoas, em todo o Brasil”.

NUVEM DE PALAVRAS DAS “FILAS DO POVO”



Elaboração: <https://www.wordclouds.com/> a partir das falas das pessoas atingidas nas “filas do povo” dos encontros de 14 a 24 de julho de 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas e a cada pessoa atingida que se dispôs a vir dialogar com o Governo Federal. Para a jornada de 14 a 24 de julho, agradecemos também aos parceiros que tornaram a jornada possível: à Neila Batista, Superintendente do **Incra de Minas Gerais (SR 06)**, que disponibilizou os dois veículos e que se empenhou para viabilizar os motoristas por meio do **Cefet-MG**. Aos motoristas, Helbert e Geraldo, agradecemos pela dedicação, pelo interesse e pelo cuidado com a equipe.

Esta jornada foi possível porque foi planejada e construída em parceria com os **movimentos e as organizações sociais** e com as entidades de **Assessoria Técnica Independente**. Por isso, fica o registro de agradecimento a todas e todos que se dedicaram à organização dos encontros e à mobilização das pessoas atingidas.

Finalmente, agradecemos às equipes dos ministérios que integram o GT Atingidos, bem como à toda a equipe do Governo Federal que tem se dedicado incansavelmente na agenda da repactuação.